

IMIGRANTES, ELITES LOCAIS E TRANSIÇÃO POLÍTICA NO ESTADO DO PARANÁ: A ATUAÇÃO PARTIDÁRIA DE MEMBROS DA FAMÍLIA POSPISSIL (1885-1903)

Sandro Aramis Richter Gomes¹

Resumo: Neste artigo desenvolve-se uma investigação sobre o envolvimento do imigrante germânico Antônio Pospissil (1830-1906) e de seu filho Antônio Pospissil Júnior (1867-1906) na vida política paranaense, entre os anos de 1885 a 1903. O objetivo desta análise é produzir conhecimento acerca da participação de famílias de imigrantes na cena partidária desse estado, no contexto da passagem do Império para a República. Há três argumentos sustentados neste estudo. Primeiro, nos anos finais do Império, o vínculo com os chefes paranaenses do Partido Conservador permitiu aos Pospissil a conquista de cargos públicos. No âmbito da hierarquia administrativa da província do Paraná, tais cargos eram politicamente pouco relevantes. O segundo argumento salienta que, no início da Primeira República, um dos membros dessa parentela cultivou ligações com novos personagens da cena política estadual, especialmente os operários. Terceiro, cumpre destacar que o pertencimento ao partido situacionista implantado no Paraná no início dos anos 1890 possibilitou a permanência dos Pospissil nos esquemas de preenchimento de cargos públicos. O exercício de funções comissionadas e o desempenho eventual de mandatos eletivos consistiram nos limites da participação de um integrante dessa parentela no jogo partidário paranaense da Primeira República.

Palavras-Chave: Estado do Paraná; imigrantes; parentelas; vida política.

IMMIGRANTS, LOCAL ELITES AND POLITICAL TRANSITION IN THE STATE OF PARANÁ: THE PARTISAN ACTION OF THE MEMBERS OF POSPISSIL FAMILY (1885-1903)

Abstract: This article analyzes the involvement of the German immigrant Antônio Pospissil (1830-1906) and his son Antônio Pospissil Júnior (1867-1906) in the political life of the State of Paraná, between the years 1885 to 1903. The purpose of the article is to produce knowledge about the participation of immigrant families in the party scene of this state, in the context from the Empire to the Republic. There are three arguments presented in this analysis. First, evidenced is given that, in the final years of the Empire, the bond with the leaders of Conservative Party of Paraná allowed Pospissil to win public office. In the context of the administrative hierarchy of the Province of Paraná, such positions were not politically relevant. Second, at the beginning of the First Republic, a member of this family established connections with new characters on the state political scene, especially the workers. Third, it should be noted that belonging to the ruling party implanted in Paraná in the early 1890s made it possible for the Pospissil to remain in the public office filling schemes. The exercise of commissioned functions and the eventual performance of mandates consisted of the limits of the participation of a member of this family in the political life of Paraná during the First Republic.

Keywords: Immigrants; kinship; political life; State of Paraná.

INMIGRANTS, ÉLITES LOCALES Y TRANSICIÓN POLÍTICA EN EL ESTADO DE PARANÁ: LA ACCIÓN PARTIDARIA DE MIEMBROS DE LA FAMILIA POSPISSIL (1885-1903)

Resumen: En este artículo es realizada una investigación acerca de la participación del inmigrante germánico Antônio Pospissil (1830-1906) y su hijo Antônio Pospissil Júnior (1867-1906) en la vida política de Paraná, entre los años 1885 a 1903. El propósito de este análisis es producir conocimiento sobre la participación de las familias inmigrantes en la escena del partido de ese estado, en el contexto del paso del Imperio a la República. Hay tres argumentos respaldados en este estudio. Primero, en los últimos años del Imperio, el vínculo con los líderes del Partido Conservador de Paraná permitió a los Pospissil la conquista de cargos públicos. En la jerarquía administrativa de esa provincia, tales cargos no eran políticamente relevantes. En segundo lugar, debe tenerse en cuenta que, al comienzo de la Primera República, un miembro de esa familia mantuvo conexiones con nuevos personajes en la escena política estatal, especialmente los trabajadores. En tercer lugar, cabe señalar que pertenecer al partido gobiernista implantado en Paraná a principios de la década de 1890 hizo posible que los Pospissil permanecieran en los esquemas de llenado de cargos públicos. El ejercicio de las funciones comisionadas y el eventual cumplimiento de los mandatos electivos consistieron en los límites de la participación de un miembro de esa familia en la escena política de Paraná durante la Primera República.

Palabras clave: Estado de Paraná; familia; inmigrantes; vida política.

Introdução

Neste artigo realiza-se uma investigação sobre a atuação do imigrante germânico Antônio Pospissil (1830-1906) e de seu filho Antônio Pospissil Júnior (1867-1906) na vida política do Estado do Paraná, em um recorte temporal que abarca os anos de 1885 a 1903. O ano de 1885 é referente à época em que o citado

¹ Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Atualmente realiza estágio de pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em História da UFPR. E-mail: argomes8@gmail.com

imigrante foi nomeado para um cargo público. O ano de 1903, por seu turno, é alusivo ao momento em que os membros dessa parentela mantiveram seus últimos contatos com lideranças políticas do estado.

Por meio do estudo dos casos dos mencionados indivíduos, o presente trabalho objetiva produzir conhecimento acerca da emergência e declínio da participação de famílias de imigrantes europeus na cena política paranaense no contexto da passagem do Império para a República. Nesse âmbito, cumpre evidenciar as diferenças entre tais famílias no que concerne às posições que ocuparam no interior dos partidos e das esferas da administração pública.

Há três argumentos fundamentados neste artigo. Primeiro, é evidenciado que a participação em esquemas de nomeações para cargos comissionados era uma forma de os imigrantes naturalizados iniciarem o seu envolvimento na vida política paranaense. Os dirigentes locais dos partidos monárquicos buscaram o apoio eleitoral dos imigrantes por meio do oferecimento de funções comissionadas. Nos anos finais do Segundo Reinado, a conquista de funções subalternas no ordenamento administrativo do Governo do Paraná foi inerente aos percursos de integrantes da família Pospissil.

Segundo, cumpre salientar que um dos fatores que possibilitou aos Pospissil se inserirem na vida política paranaense da época da Primeira República consistiu na aproximação com personagens emergentes da vida política, notadamente os operários. Essas ligações permitiram que um dos membros dessa parentela reunisse apoios para se apresentar como candidato em eleições municipais e estaduais.

Terceiro, trata-se de ressaltar que, a partir do fim da década de 1890, um aspecto inerente à atuação política dos Pospissil consistiu na aproximação com os chefes do partido situacionista do estado. Convém evidenciar que tal aproximação não proporcionou a esses familiares a obtenção de posições relevantes na estrutura administrativa do Governo do Paraná. Analogamente à situação verificada nos anos finais do Império, ao tempo da Primeira República os Pospissil continuaram integrados à categoria das famílias de imigrantes que não experimentaram relevante ascensão na vida política regional.

A investigação a respeito da formação de comunidades de imigrantes europeus é um elemento intrínseco aos estudos sobre a história do Paraná. Um dos aspectos de tal vertente de análise é a identificação de mudanças nos arranjos familiares dos membros de tais comunidades no período que se estende da segunda metade do século XIX aos meados do século XX. Por meio do reconhecimento dessas mudanças, os estudos históricos propiciaram um entendimento acerca do processo de integração de membros de diferentes etnias no primeiro planalto do atual Estado do Paraná (BALHANA, 1978; MACHADO; 1998; NADALIN, 2000).

As análises referentes às comunidades étnicas implantadas no Paraná evidenciaram as transformações dos padrões de nupcialidade e fecundidade de imigrantes, bem como de seus descendentes. A atenção a essas transformações foi crucial para destacar distinções entre tais comunidades no que concerne às formas de sua interação com os nacionais. Essa corrente de investigação também possibilitou o conhecimento sobre a natureza das alianças sociais constituídas entre os componentes dessas comunidades. De outra parte, o estudo das práticas religiosas dos integrantes das comunidades étnicas propiciou um entendimento acerca dos fatores que promoveram a coesão entre distintas gerações de famílias de imigrantes (RANZI, 1996; SCARPIM, 2010).

Entretanto, os estudos sobre a imigração no Brasil Meridional se ressentem da falta de análises relativas ao processo de diferenciação social entre as parentelas de origem europeia. Mais especificamente, permanece em estágio incipiente a compreensão dos fatores responsáveis por gerar distinções econômicas entre os membros de uma mesma comunidade étnica. Há poucas iniciativas destinadas à identificação das posições ocupadas pelas famílias de imigrantes na hierarquia social da cidade de Curitiba, a capital do Estado do Paraná (COLATUSSO, 2004).

De fato, há tempos a historiografia tem dedicado atenção ao processo de inserção de imigrantes na elite empresarial desse município (CARVALHO NETO, 1991; OLIVEIRA JÚNIOR, 2000; SIGOLO, 1998; STOLLMEIER, 2016). Porém, mantém-se pouco evidenciada a existência de desníveis entre os membros dessa elite no que concerne ao seu poder econômico, à natureza das conexões mantidas com a classe política e à extensão dos vínculos familiares que construíram na sociedade receptora.

Nesse âmbito, trata-se de destacar que permanece pouco desenvolvido o conhecimento acerca da atuação política de imigrantes naturalizados e de seus descendentes no contexto do Estado do Paraná. A análise dessa atuação permite salientar as divisões internas aos imigrantes quanto à maior ou menor consistência dos vínculos que constituíram com membros da elite política regional.² Essa análise é

² As fontes utilizadas neste trabalho consistem em jornais de circulação regional. Os periódicos citados ao longo deste artigo estão disponíveis para consulta no sítio eletrônico da Hemeroteca da Biblioteca Nacional: <memoria.bn.br>. Dentre os jornais aqui arrolados, o *Dezenove de Dezembro*, a *Gazeta Paranaense* e *A República* eram aqueles divulgavam abundantes informações acerca da rotina administrativa do Governo do Paraná. Eles possuíam, assim, o aspecto de um diário oficial. A utilização desses periódicos é crucial

operacional para identificar as circunstâncias que propiciaram a absorção dos imigrantes pelas agremiações monárquicas e republicanas. Tal abordagem também permite reconhecer os fatores do esgotamento da presença das famílias de imigrantes nos partidos e nas agências do Estado.

A vida política paranaense no contexto dos anos 1880: as tentativas de cooptação de imigrantes pelos partidos monárquicos

O estudo sobre a atividade partidária de membros dessa parentela exige a apresentação de um panorama acerca da dinâmica política da Província do Paraná no contexto dos anos 1880. Para tanto, cumpre fundamentar quatro afirmações. Primeiro, trata-se de salientar que, anteriormente à Reforma Eleitoral de 1881 (Lei Saraiva), os imigrantes naturalizados não tinham plenos direitos políticos no Brasil. A Constituição Imperial de 1824 lhes facultava a participação nas eleições primárias, na qualidade de votantes. Dessa forma, eles poderiam escolher os eleitores que votariam nos pleitos para os cargos do Poder Legislativo. Entretanto, aos imigrantes era vedado atuarem como eleitores ou candidatos nas eleições secundárias.³

Por outro lado, cabe salientar que no início dos anos 1870 já estavam consolidadas as relações de uma parcela de membros de comunidades étnicas do Paraná com os chefes locais dos partidos Conservador e Liberal. Assim, houve descendentes de imigrantes que em tal contexto foram integrados ao quadro partidário regional. Em 1871, por exemplo, o negociante José Mathias Müller (1835-1911) foi inserido na chapa de candidatos a deputado provincial do Paraná apresentada pelo Partido Conservador. Ele era descendente de alemães e residia em Campo Largo, município adjacente a Curitiba. Na disputa por uma das vinte vagas da Assembleia Legislativa, Müller se elegeu com a sexta maior votação – 123 sufrágios (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 14 out. 1871, p. 4).

No entanto, havia descendentes de imigrantes que desde a época anterior à reforma eleitoral encontravam dificuldades para conquistar um espaço na cena política local. Eles não angariaram de modo célere um relevante número de apoiadores para suas pretensões eleitorais. Dentre tais descendentes, estava o advogado Emygdio Westphalen (1847-1923). Filho de um imigrante alemão, ele era natural da cidade da Lapa, situada no primeiro planalto paranaense. Ligado ao Partido Liberal, Westphalen não conseguiu se eleger deputado provincial em 1873.⁴ Assim, no âmbito da comunidade germânica do planalto paranaense não demoraram a surgir distinções entre os seus membros quanto à filiação partidária e à capacidade de formar um séquito de correligionários.

A presença de estrangeiros na cena partidária da província se tornou marcante nos anos imediatamente posteriores à implantação da Lei Saraiva, a qual data de 9 de janeiro de 1881. No ano seguinte a essa implantação, o farmacêutico alemão Augusto Stellfeld (1817-1894) elegeu-se vereador de Curitiba na chapa do Partido Liberal. Nessa época, ele também exerceu o posto de subdelegado da Região Norte desse município (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 16 set. 1882, p. 1). Dessa forma, no contexto da reforma eleitoral havia imigrantes que possuíam as conexões políticas necessárias para pertencerem a chapas de candidatos e participarem das políticas de nomeações para cargos da administração provincial.

O envolvimento de membros de comunidades étnicas na vida partidária paranaense experimentou um crescimento quando o Partido Conservador reassumiu a presidência do Gabinete Ministerial, em 20 de agosto de 1885. Nessa época, os conservadores retomaram o controle dos esquemas de preenchimento de cargos públicos.

Nesse quadro, cumpre fundamentar a segunda afirmação da presente seção. Trata-se de destacar que a obtenção de nomeações foi o modo por meio do qual uma parcela de estrangeiros naturalizados começou a participar da vida político-administrativa do Paraná. A análise do funcionamento desses esquemas evidencia que os imigrantes não conquistaram funções equivalentes no ordenamento administrativo da província. Em

para identificar a participação de imigrantes em esquemas de nomeações para cargos comissionados em um período que abrange o Segundo Reinado e as primeiras duas décadas do regime republicano. Ao mesmo tempo, os referidos jornais contêm informações relativas à vida política do estado. O *Dezenove de Dezembro* era ligado ao Partido Liberal. A *Gazeta Paranaense* era editada por membros do Partido Conservador. A *República*, por fim, era o órgão da agremiação situacionista que existiu no Paraná no contexto da Primeira República. Por conseguinte, o estudo desses periódicos propicia o conhecimento do quadro partidário e do jogo eleitoral que existiu naquele estado no fim do século XIX e no limiar do século XX. Os demais periódicos empregados nesta investigação, a exemplo do *Diário da Tarde* e *O Democrata*, também mantiveram ligações com os grupos políticos do estado. Esses periódicos eram partidários de agremiações oposicionistas. Em resumo, as fontes selecionadas nesta análise possibilitam situar famílias de imigrantes no âmbito da vida partidária paranaense.

³ Ao tempo do Império, o direito de voto dos estrangeiros naturalizados nas eleições primárias estava assegurado no Parágrafo segundo do Artigo 91 da Constituição Imperial. Por outro lado, o Parágrafo segundo do Artigo 95 desse texto não permitia que os imigrantes votassem nas eleições secundárias. Acerca das mudanças ocorridas na legislação eleitoral do Brasil monárquico, ver Nicolau (2012) e Porto (2002).

⁴ Nesse pleito, Emygdio Westphalen obteve 54 votos. A diferença entre a sua votação e a do eleito menos votado pelo 2º distrito da província foi de 20 sufrágios (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 24 set. 1873, p. 4).

tal contexto, um dos fatores da distinção entre os estrangeiros dizia respeito à maior ou menor capacidade de atingirem posições proeminentes nesse ordenamento.

Na primeira quinzena de setembro de 1885, menos de um mês após a formação do Gabinete presidido pelo Barão de Cotegipe, os líderes paranaenses do Partido Conservador começaram a efetuar nomeações para postos do Governo Provincial. Houve imigrantes que foram contemplados com essas nomeações. Mais especificamente, existiam duas formas de envolvimento de estrangeiros naturalizados nas políticas de preenchimento de cargos públicos. Uma das mais recorrentes formas de atuação de imigrantes e de seus descendentes na administração pública provincial consistia em desempenhar funções na área da segurança pública. A esse respeito, cumpre mencionar que no referido mês o suíço Gottlieb Müller (1843-1902) foi investido no cargo de 2º suplente de subdelegado do Distrito Policial da Região Norte de Curitiba. Nessa ocasião, o polonês Jerônimo Durski obteve o posto de 1º suplente de subdelegado da Região Sul dessa cidade (GAZETA PARANAENSE, 12 set. 1885, p. 1).

Outra forma de atuação administrativa dos imigrantes era exercerem cargos públicos nas colônias em que viviam. Em outubro de 1885, por exemplo, o Governo do Paraná implantou um Distrito Policial para atender às seguintes colônias: Abranches, Lamenha e Santa Cândida. Tais colônias eram compostas majoritariamente por poloneses (MALCZEWSKI e WACHOWICZ, 2000). Nessa oportunidade, os postos de delegado e de 1º e 3º suplentes de subdelegado foram concedidos a indivíduos pertencentes a essas comunidades. Tais indivíduos eram os seguintes, respectivamente: Onofre João Flizisko, Simão Grabowski e Estevão Kahil. O cargo de 2º suplente, por seu turno, foi destinado ao empreiteiro Vidal José de Siqueira, que não possuía vínculos familiares nas citadas colônias (GAZETA PARANAENSE, 29 out. 1885, p. 1).

De um lado, trata-se de salientar que o funcionamento dos esquemas de nomeações para cargos provinciais propiciou a cooptação de estrangeiros pelo grupo político formado por lideranças conservadoras. Ele também permitiu a acomodação de nacionais, a exemplo de Vidal Siqueira, em órgãos públicos criados no contexto do regresso do Partido Conservador à presidência do Governo Provincial.

De outro lado, cabe destacar que alguns dos indivíduos que obtiveram essas nomeações permaneceram próximos dos chefes locais do Partido Conservador no contexto dos anos finais do Império. Gottlieb Müller e Vidal Siqueira, por exemplo, se tornaram membros efetivos do diretório paranaense do Partido Conservador. A criação desse diretório ocorreu em março de 1889 (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 16 mar. 1889, p. 1). Assim, houve casos em que o exercício de funções comissionadas era sucedido pela conquista da legitimidade de influir na vida interna da agremiação governista. O caso de Müller denota que uma diferença entre os imigrantes europeus que se envolveram na vida política era referente às posições que ocuparam no quadro político paranaense. Müller pertenceu a uma minoria de adventícios que foi integrada ao núcleo dirigente de um partido.

Compete, pois, fundamentar a terceira constatação desta seção. Convém destacar que no Paraná, nos anos finais do Império, os chefes locais do Partido Liberal conseguiram recrutar imigrantes para o seu quadro de correligionários. Em dezembro de 1887, por exemplo, os membros da comunidade de alemães residente em Curitiba se reuniram para decidir sobre a posição que adotariam no próximo pleito para a Assembleia Legislativa da província. Eles optaram por apoiar os candidatos liberais (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 17 dez. 1887, p. 1).⁵ Nessa época, os propagandistas do ideário republicano no Paraná também ambicionaram atrair imigrantes para o seu rol de aliados. Eles buscavam, sobretudo, amealhar o apoio da comunidade germânica da capital. Porém, não tiveram sucesso em conquistar a adesão dos adventícios (LIVRE PARANÁ, 27 out. 1885, p. 1-2).

Em janeiro de 1886, em outro pleito para a Assembleia Legislativa, surgiram candidatos pertencentes a comunidades étnicas. Nessa época, tanto os chefes liberais quanto os líderes conservadores da província cancelaram as candidaturas de membros dessas comunidades. Uma parcela desses membros era eleitoralmente competitiva. Vinculado ao Partido Conservador, o negociante suíço Adolfo Hurlemann foi eleito deputado provincial pelo 1º Distrito Eleitoral da província. (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 2 mar. 1886, p. 2). O citado bacharel Emydgio Westphalen conquistou um mandato na qualidade de membro do Partido Liberal. Ele se elegeu pelo 2º Distrito (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 27 jan. 1886, p. 2).

⁵ Nesse contexto, a unidade entre os integrantes de comunidades étnicas não ocorria apenas em períodos eleitorais. Ela também se verificava por ocasião da formulação de demandas a autoridades provinciais e municipais. Em fevereiro de 1886, os italianos que habitavam a colônia Alessandra, localizada na cidade litorânea de Paranaguá, encaminharam um documento à Câmara do município. Nessa representação, solicitaram que tal instituição pleiteasse junto ao Governo Provincial a reforma da estrada que ligava a colônia à área urbana de Paranaguá (COMMERCIAL, 20 fev. 1886, p. 1). Acerca do desenvolvimento da colônia Alessandra, a qual foi fundada em 1870, ver Cavanha (2012).

Contudo, havia famílias de imigrantes cujas ligações com membros da elite política da província não propiciaram um consistente envolvimento na vida partidária. A conquista de cargos subalternos foi inerente à atuação dessas parentelas nas agências do Governo Provincial. Os Pospissil pertenceram a esse rol de correligionários dos partidos monárquicos.

As conexões políticas da família Pospissil nos anos finais do Segundo Reinado

Antônio Pospissil era originário do burgo de Römerstadt, situado no extinto Reino da Boêmia. No período em tela, esse reino era um membro independente do Império Austríaco. Pospissil se transferiu para o Brasil no ano de 1863. Ele se radicou na cidade de Curitiba e desempenhou o ofício de alfaiate (MARTINS, 1989). Em meados dos anos 1860, casou-se com Margarida Schleder, cujo pai era um imigrante alemão (NEGRÃO, 2004, v. 6, p. 390). O estágio inicial do enraizamento de Pospissil na capital paranaense foi marcado pelo estabelecimento de vínculos com uma família de origem germânica. Nessa época, portanto, os seus mais consistentes laços sociais foram constituídos com indivíduos que também pertenciam à condição de adventícios.

Uma das principais formas de integração de Pospissil na vida social da capital paranaense consistiu em participar de atividades caritativas e devocionais. Por um lado, tal participação lhe permitiu conviver com membros da elite política de Curitiba. Por outro lado, ela lhe propiciou interagir com indivíduos que faziam parte de comunidades étnicas. A esse respeito, cumpre ressaltar que, no ano de 1873, Pospissil já se encontrava associado à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba. Nesse contexto, ele exercia a função de mesário dessa entidade (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 24 dez. 1873, p. 3).

Em tal ano, o advogado João José Pedrosa (1844-1882) pertencia ao rol de membros dessa irmandade. Filiado ao Partido Liberal, ele exerceu mandatos de vereador e de deputado estadual nos decênios de 1860 e 1870 (ALVES, 2014). Essa irmandade também contava com a presença de integrantes de distintos grupos étnicos. Ao tempo em que Antônio Pospissil atuou como mesário dessa associação, o comerciante português José Fernandes Loureiro era um dos dirigentes da irmandade. O negociante alemão Teodoro Stresser também era um dos integrantes dessa instituição. Em resumo, o ingresso de Pospissil em tal associação favoreceu a ampliação dos seus laços sociais. Ele pôde se aproximar tanto de outros adventícios quanto de indivíduos que estavam integrados à elite local.

O pertencimento a irmandades não era um aspecto incomum aos percursos de imigrantes que, na primeira metade do século XIX, se radicaram em municípios da área que corresponde ao atual Estado do Paraná. Na região litorânea, por exemplo, a vinculação a irmandades foi um elemento intrínseco ao processo de enraizamento de social de imigrantes portugueses (CAVAZZANI, 2015).

De outra parte, trata-se de salientar que Pospissil pertenceu ao grupo de imigrantes que professava o catolicismo. Para corroborar tal afirmação, trata-se de salientar que, em 1880, esse adventício fez parte da Irmandade do Bom Jesus dos Perdões, uma associação de leigos católicos. Nessa entidade, Pospissil atuou como mesário e conviveu com o negociante Antônio Francisco Correia de Bittencourt, uma futura liderança do Partido Conservador paranaense (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 12 maio 1880, p. 4).

Por fim, cumpre mencionar que o pertencimento a entidades caritativas permitiu que Pospissil mantivesse conexões com membros das camadas populares, sobretudo os trabalhadores urbanos. Em 1884, por exemplo, ele estava filiado à Sociedade Protetora dos Operários, a qual funcionava na cidade de Curitiba (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 5 mar. 1884, p. 4). Conforme demonstrado ao longo deste artigo, o apoio de lideranças operárias de Curitiba foi crucial para que um dos filhos de Pospissil obtivesse um mandato parlamentar no começo da Primeira República. A conquista desse mandato, portanto, derivou dos antigos vínculos da família Pospissil com associações de trabalhadores urbanos. Em última análise, os componentes dessa parentela possuíam ligações com membros de diferentes estratos sociais.

Em 1885, quando o Barão de Cotegipe assumiu a presidência do Gabinete Ministerial, Pospissil estava ligado ao Partido Conservador. Ele permaneceu filiado a tal agremiação até o momento da queda do Império. Em março de 1889, por exemplo, Pospissil fez parte do grupo de filiados do Partido Conservador paranaense que participou da escolha dos membros do diretório provincial (GAZETA PARANAENSE, 14 mar. 1889, p. 3). Dessa forma, uma diferença entre os imigrantes europeus que se envolveram na vida política do Paraná nos últimos anos do Império dizia respeito à longevidade do seu vínculo com uma agremiação monárquica. O citado Augusto Stresser, por exemplo, não permaneceu por longo tempo como correligionário do Partido Liberal. Na eleição provincial de 1887, ele optou por apoiar os postulantes do Partido Conservador (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 17 dez. 1887, p. 2).

A fidelidade de Pospissil aos chefes conservadores do Paraná não foi acompanhada pela conquista de relevantes oportunidades de atuação na vida política. De todo modo, ele foi um dos primeiros beneficiados

pelas nomeações concedidas por dirigentes locais do Partido Conservador. O cargo destinado a esse alfaiate era mais subalterno em relação àqueles obtidos por imigrantes como Gottlieb Müller e Jerônimo Durski. Em setembro de 1885, Pospissil foi nomeado para a função de porteiro da Secretaria de Polícia, que era o principal órgão de segurança pública da província (GAZETA PARANAENSE, 26 set. 1885, p. 3).⁶

A nomeação obtida por Pospissil motivou uma crítica do jornal *Dezenove de Dezembro*. O articulista desse periódico afirmou que tal nomeação representava uma tentativa dos conservadores de promover o crescimento do seu eleitorado. A concessão de cargos públicos a imigrantes era uma maneira de o Partido Conservador conquistar adesões entre os adventícios residentes no Paraná. Mais precisamente, a distribuição de funções modestas no serviço público também era uma forma de esse partido aumentar o seu grupo de filiados. Atente-se, pois, às seguintes considerações do redator do *Dezenove de Dezembro*:

Fábrica de eleitores. Foi substituído no lugar de porteiro da Secretaria de Polícia o Sr. Arthur Euclides de Moura pelo Sr. Antônio Pospissil. É palpável o fato dessa aparente nomeação. O Sr. Pospissil não deixaria o seu ofício de alfaiate pelos 58\$ mensais de porteiro da Polícia. Mas era conveniente fabricar mais um eleitor... (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 27 set. 1885, p. 1).

Em verdade, não há evidências de que Antônio Pospissil se afastou de sua alfaiataria para desempenhar o mencionado cargo. Nesse âmbito, cumpre fundamentar duas constatações. Primeiro, cabe salientar que esse imigrante não voltou a obter nomeações. Ele pertenceu ao rol dos adventícios que teve um envolvimento circunstancial nas políticas de preenchimento de cargos públicos. Segundo, trata-se de destacar que um filho homônimo desse alfaiate também recebeu dos conservadores uma nomeação para um modesto cargo. Em setembro de 1887, Pospissil Júnior obteve o posto de porteiro do Tesouro Provincial, órgão responsável pela arrecadação e gestão de tributos do Governo do Paraná (GAZETA PARANAENSE, 14 out. 1887, p. 1).⁷ Ele permaneceu no exercício dessa função pelo período de seis meses. Em março de 1888, solicitou exoneração do cargo (GAZETA PARANAENSE, 20 maio 1888, p. 2).

No contexto do Segundo Reinado, Pospissil Júnior também atuou como alferes da 7ª Companhia do 2º Regimento da Cavalaria da Guarda Nacional em Curitiba. Em março de 1888, ele se desligou de tal corporação. Para justificar a sua saída, Pospissil Júnior destacou que em breve realizaria uma viagem ao exterior (GAZETA PARANAENSE, 13 abr. 1888, p. 1). De fato, durante sua juventude ele passou uma estada na Europa com a finalidade de se aperfeiçoar nos misteres da alfaiataria (NEGRÃO, 2004, v. 6, p. 390). Analogamente ao caso de seu progenitor, Pospissil Júnior não angariou relevante espaço no ordenamento administrativo paranaense. Em última instância, não houve diferenças quanto à natureza das oportunidades políticas auferidas por tais indivíduos no fim dos anos 1880.

Cumpre destacar que a primeira experiência dos Pospissil na vida política paranaense consistiu em se acomodar na qualidade de correligionários de uma agremiação governista. Eles mantiveram um vínculo estável com o Partido Conservador. Essa estabilidade é evidenciada pela conquista de cargos públicos. Desse modo, esses familiares não pertenceram ao rol dos membros de comunidades étnicas que ascenderam rapidamente a posições de destaque na administração pública e na vida interna daquela agremiação.

Ao tempo em que Antônio Pospissil e Pospissil Júnior obtiveram cargos públicos, houve europeus nacionalizados que vivenciaram o crescimento de sua projeção na cena partidária regional. Um dos alemães que ascenderam na vida interna do Partido Conservador paranaense era o negociante Eugênio Bendazeski. Essa célere conquista de posições na vida política é evidenciada no fato de que, em 1886, ele se elegeu vereador de Curitiba (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 16 jul. 1886, p. 3). Em 1889, tornou-se membro do diretório provincial do Partido Conservador (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 16 mar. 1889, p. 2).

Nessa época, os imigrantes envolvidos nos esquemas de nomeações provinciais já se distinguiam em virtude da maior ou menor condição de desenvolverem uma carreira política. No grupo dos adventícios que tiveram breves passagens pela administração pública, havia indivíduos para os quais o insucesso eleitoral não era uma experiência incomum.⁸ Cumpre demonstrar que tal situação não se modificou após o fim do regime monárquico.

⁶ O principal cargo dessa secretaria era o de Chefe de Polícia. Uma das atribuições desse funcionário comissionado era supervisionar as atividades dos delegados e subdelegados da província (GAZETA PARANAENSE, 11 out. 1885, p. 3).

⁷ As tesourarias provinciais foram instituídas no Brasil por meio da Lei Imperial de 4 de outubro de 1831. Esses órgãos começaram a funcionar apenas em 1835, no contexto da criação das Assembleias Legislativas (BADDINI, 2002).

⁸ Atente-se, pois, ao caso do empreiteiro alemão João Desidério Baebler. Em 1886, um ano após obter o posto de suplente de subdelegado de Curitiba, ele conquistou apenas quatro votos no pleito para vereador da capital paranaense e não conseguiu se eleger (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 16 jul. 1886, p. 3).

A família Pospissil no contexto da vida política paranaense dos anos 1890: migração partidária e ligações com o operariado

A análise do envolvimento de tal parentela no cenário político do Paraná ao tempo da Primeira República demanda o conhecimento do quadro partidário instaurado no estado após a queda do Império. A esse respeito, cumpre sustentar quatro constatações. Primeiro, convém mencionar que, no decorrer dos anos 1890, o jogo político paranaense foi marcado pelo confronto entre duas agremiações. Situado no campo governista, o Partido Republicano era presidido pelo senador Vicente Machado da Silva Lima (1860-1907). Posicionada no campo da oposição, a União Republicana Paranaense era comandada pelo senador Generoso Marques dos Santos (1844-1928).

Em boa medida, o PR era constituído por egressos do Partido Conservador, bem como por republicanos históricos. De sua parte, a URP era composta majoritariamente por antigos membros do Partido Liberal e por republicanos históricos que não obtiveram relevantes oportunidades no grupo governista. Desse modo, os dirigentes locais das agremiações monárquicas não tiveram dificuldades para se acomodar na cena partidária constituída no Paraná no início da Primeira República (SÊGA, 2005).

No período em tela, os partidos mais competitivos do estado eram marcados pela presença de parentelas que estavam politicamente ativas desde a época do Império. Em última instância, os dirigentes das mencionadas agremiações pertenceram a famílias que atravessaram distintos contextos políticos sem experimentar a perda de sua influência sobre a vida partidária do Paraná (OLIVEIRA, 2001).

Trata-se, pois, de sustentar a segunda constatação desta seção. Cumpre destacar que na primeira década republicana surgiram outras agremiações no Paraná. No entanto, elas tiveram curta duração. Uma das agremiações distinguidas pela breve existência era o Partido Operário (PO). Criada em 1890, essa grei apresentou chapas completas em eleições parlamentares apenas no seu ano de fundação. Nessa ocasião, ela não conseguiu eleger os seus postulantes (A REPÚBLICA, 19 out. 1890, p. 3). Tal agremiação não atingiu o grau de coesão interna suficiente para formar um grupo cativo de correligionários e participar continuamente dos pleitos eleitorais.

Outro elemento inerente à história dessa agremiação era a natureza volúvel das relações entre os seus dirigentes. Para atestar tal afirmação, convém salientar que o primeiro presidente do PO, o empresário Agostinho Leandro da Costa (1857-1904), não estava ligado a essa grei quando perdeu a eleição de deputado estadual em 1897. Nessa época, Leandro pertencia ao grupo político de Generoso Marques (A REPÚBLICA, 14 jul. 1897, p. 3). Desse modo, o fim dos anos 1890 foi o momento da desagregação política das lideranças operárias do Paraná. Foi pouco duradoura a disposição dos fundadores do PO para combaterem juntos as candidaturas sustentadas pela agremiação situacionista.

A terceira afirmação desta seção destaca que, em 1892, houve a fundação do Partido Democrático (PD). Essa agremiação era composta por ex-integrantes do Partido Conservador. (O DEMOCRATA, 19 abr. 1892, p. 1). O PD não reuniu a força política necessária para eleger seus candidatos para cargos como o de deputado estadual. Portanto, ele foi desativado após um ano de existência (NEGRÃO, 2004, v. 2, p. 318). Assim, a vida política paranaense, no contexto da primeira década republicana, foi caracterizada pelo aparecimento de agremiações minoritárias que buscavam acomodar em seus quadros indivíduos que não foram absorvidos pelos partidos eleitoralmente mais competitivos.

Conforme demonstrado no curso desta seção, Antônio Pospissil Júnior se enquadrava na condição de um egresso do Partido Conservador que não cultivou ligações políticas com os chefes dessa grei nos anos seguintes à implantação do regime republicano. Por consequência, ele se aproximou de novos personagens da cena partidária.

Por fim, a quarta constatação ressalta que, no início da Primeira República, houve uma aproximação política entre membros das comunidades germânica e polonesa de Curitiba. Nesse período, o comerciante Bertoldo Adam, de origem germânica, era o indivíduo que tinha a incumbência de encaminhar as demandas dessas comunidades para o Governo do Paraná. Os imigrantes entenderam que a reorganização da vida política estadual era um momento propício para que pleiteassem a renegociação de dívidas que haviam contraído com o Estado (A REPÚBLICA, 12 mar. 1890, p. 3).

Nesse contexto, não era apenas na capital paranaense que os europeus nacionalizados e seus descendentes eram inclinados a manter vínculos com os membros da elite política estadual. Na cidade de Paranaguá, por exemplo, tal situação também ocorreu. A esse respeito, cumpre mencionar que os casos dos negociantes Antônio Henriques Gomes e Mathias Böhn. Originário de Portugal, Gomes se elegeu vereador de Paranaguá em 1886 filiado ao Partido Conservador (COMMERCIAL, 25 jul. 1886, p. 2). De sua parte, Böhn era descendente de alemães que se radicaram na Província de Santa Catarina (A REPÚBLICA, 3 dez. 1907, p. 1). Ele presidiu a Intendência de Paranaguá em 1891 (A REPÚBLICA, 22 ago. 1891, p. 1). Na

Primeira República, na época anterior à retomada das eleições municipais, os membros das intendências eram nomeados pelos governadores e tinham a função de administrar as cidades.

Conforme evidenciado na última seção deste trabalho, as oportunidades angariadas pelos imigrantes na vida política paranaense após a queda do Império não eram equânimes. Houve, assim, a permanência de um cenário existente desde a época do Segundo Reinado. Nesse cenário, a conquista eventual de cargos públicos representou o limite das oportunidades alcançadas por uma parte dos adventícios que se aproximaram de dirigentes partidários.

Ao tempo da Primeira República, Antônio Pospissil, pai, não manteve vínculo formal com uma agremiação. Nessa época, foi apenas Pospissil Júnior que se movimentou na cena partidária. Acerca das relações políticas constituídas por tal indivíduo, cumpre fundamentar três constatações. Primeiro, cabe mencionar que ele se integrou à vida partidária da capital paranaense nos anos seguintes ao fim do regime monárquico. Ou seja, esse alfaiate possuía conexões sociais suficientemente amplas para ser incorporado a um grupo político e angariar um pequeno séquito de correligionários.

Para sustentar tais afirmações, trata-se de salientar que, de 1892 a 1896, Pospissil Júnior atuou como suplente de vereador de Curitiba. Nessa condição, ele era eventualmente convocado pela Câmara Municipal para executar tarefas como a organização do alistamento eleitoral na capital do estado (A REPÚBLICA, 25 set. 1892, p. 3). De um lado, cumpre ressaltar que esse alfaiate não foi absorvido pelo grupo situacionista nos primeiros anos do regime republicano. Na condição de membro de um grupo político minoritário, a principal oportunidade que angariou foi uma suplência de vereador.

De outro lado, compete observar que em tal contexto perduravam as diferenças entre os integrantes de comunidades étnicas no que concerne à sua força política. Os membros das famílias de imigrantes se distinguiram em virtude da maior ou menor condição de alcançarem posições estáveis na cena política. A análise da composição da Câmara Municipal de Curitiba no ano de 1892 permite evidenciar essas diferenças.

Nessa ocasião, havia dois vereadores que atuavam como membros efetivos da Câmara e pertenciam a comunidades étnicas. Um deles era o empresário polonês Adão Stachowski. O outro mandatário era o médico Jorge Hermano Meyer (1861-1925), filho de um imigrante alemão.⁹ Esses indivíduos, portanto, estavam integrados a grupos políticos eleitoralmente fortes. No rol dos vereadores suplentes, não era apenas Pospissil Júnior que pertencia a uma família de imigrantes. Havia outros dois indivíduos que se enquadravam nessa categoria: Gedeone Taiss e Sebastião Müller, os quais eram de origem germânica (A REPÚBLICA, 27 set. 1892, p. 3-4).

No período que corresponde à legislatura 1892-1896, esses suplentes também foram convocados para efetuar a apuração de votos (A REPÚBLICA, 16 abr. 1895, p. 2). Desse modo, foi apenas ocasional o envolvimento de tais indivíduos nos assuntos administrativos da capital paranaense. Nesse âmbito, cumpre mencionar que a participação mais assídua de Pospissil Júnior em sessões ordinárias da Câmara Municipal ocorreu apenas em 1896, último ano da legislatura na qual exercera a suplência (A REPÚBLICA, 16 set. 1896, p. 1).

Os membros de famílias de imigrantes adotaram movimentos independentes na cena política. Por consequência, era apenas circunstancial a atuação conjunta de tais indivíduos nas esferas da administração pública. Em última análise, a mencionada aproximação entre membros das comunidades germânica e polonesa não originou uma perene aliança política. Eram pouco consistentes os vínculos entre essas comunidades no que respeita aos assuntos partidários.

A segunda constatação acerca da ação política de Pospissil Júnior reconhece que, durante os anos 1890, ele fez parte de associações de operários. De um lado, a presença em entidades de classe lhe permitiu influir, ainda que temporariamente, na montagem de chapas de candidatos para eleições parlamentares. De outro lado, essa participação lhe proporcionou o apoio de líderes operários para pleitear cargos eletivos. Desse modo, foi como membro de uma agremiação minoritária que Pospissil Júnior conquistou suas principais oportunidades de envolvimento nas disputas eleitorais.

Nesse âmbito, trata-se de destacar que, em 1893, ele pertenceu ao Centro Operário Cosmopolita (COC). Em tal ano, essa associação lançou nove candidatos no pleito para as trinta vagas do Congresso Legislativo do Paraná. Pospissil Júnior foi um dos postulantes homologados pelo COC. Os candidatos dessa chapa não conseguiram se eleger (A REPÚBLICA, 17 jun. 1893, p. 3). Por um lado, tais informações

⁹ O pai de Jorge Hermano Meyer contraiu núpcias no Brasil. O nome de sua esposa era Maria Rita de Oliveira (NEGRÃO, 2004, v. 1, p. 542). Desse modo, uma diferença entre os imigrantes europeus estabelecidos em Curitiba em meados do século XIX dizia respeito ao ritmo do estabelecimento de vínculos familiares com nacionais. No caso dos Pospissil, tais vínculos começaram a ser constituídos somente em fins do século XIX. Pospissil Júnior, por exemplo, casou-se em 1890 com a integrante de uma parentela cujos membros tinham ascendência portuguesa. A sua esposa chamava-se Gabriela Pinto Ribeiro (A REPÚBLICA, 22 mar. 1890, p. 3).

evidenciam que permanecia baixo o grau de competitividade eleitoral desse alfaiate. Por outro lado, compete destacar que nessa época não era incomum que membros de comunidades étnicas experimentassem reveses em suas iniciativas de envolvimento na vida partidária.

Para fundamentar tal afirmação, convém mencionar que um dos candidatos lançados pelo COC era o negociante de origem alemã Conrado Kruckmann. Ele pertenceu ao Partido Conservador no contexto dos últimos anos do regime monárquico. Entretanto, tal indivíduo não fez parte da ala constituída pelos correligionários eleitoralmente mais fortes dessa agremiação. Ele integrou um grupo minoritário que fundou um diretório dissidente em março de 1889 (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 16 mar. 1889, p. 2). Esse diretório foi dissolvido poucos dias após a queda do Império (A REPÚBLICA, 21 nov. 1889, p. 3).

Em última análise, verifica-se que o COC respaldou as candidaturas de indivíduos que não angariaram posições relevantes no interior do Partido Conservador paranaense. Um desses postulantes (Pospissil Júnior) tivera a sua passagem por essa grei marcada pelo exercício de cargos subalternos no Governo do Paraná. Outro candidato da chapa do COC (Conrado Kruckmann) se indisputara com as lideranças maiores do Partido Conservador. Por consequência, ele se tornou membro de um diretório dissidente. Esse diretório não teve êxito na tarefa de contrabalançar o domínio político dos gestores locais daquela agremiação. Ao tempo da Primeira República, a aproximação com novos personagens da cena política (os operários) foi crucial para os citados indivíduos conquistarem um espaço no quadro partidário regional.

Entretanto, os vínculos mantidos entre os participantes das agremiações operárias do Paraná eram pouco sólidos. Nesse âmbito, cumpre salientar que as relações de Pospissil Júnior com lideranças operárias não foram duradouras. Em 1896, ele estava filiado ao citado PO. Em tal ano, essa agremiação apresentou Pospissil Júnior como candidato em uma eleição suplementar para sete vagas de deputado estadual. Nessa ocasião, o partido situacionista lançou apenas cinco candidatos (A REPÚBLICA, 21 ago. 1896, p. 1).

Ao tempo da Primeira República, a apresentação de chapas incompletas por agremiações governistas não era um acontecimento raro. Havia dirigentes partidários que sustentavam o entendimento segundo o qual o pleno funcionamento das instâncias do Poder Legislativo exigia a presença constante de opositores. Comumente, os situacionistas que partilhavam desse entendimento consentiam em destinar um terço das vagas aos seus contendores. Todavia, a concessão de vagas aos partidos minoritários não era realizada com frequência. Dessa forma, o êxito eleitoral dos candidatos de oposição dependia da decisão dos seus adversários acerca da abertura das vagas da minoria (FERREIRA, 1994; FIGUEIREDO, 2016). No Paraná, o partido governista interrompeu tal concessão no ano de 1915 (A REPÚBLICA, 12 out. 1915, p. 1).

Na citada eleição suplementar para o Congresso Legislativo do Paraná, Pospissil Júnior conseguiu uma vaga de deputado. Ele angariou 719 sufrágios e foi o menos votado dentre os sete eleitos. Foi expressiva a diferença da votação desse alfaiate para a do sexto colocado no pleito, o postulante independente João Carlos de Vasconcelos. Essa diferença foi de 437 votos (A REPÚBLICA, 23 set. 1896, p. 2). Em grande medida, o êxito eleitoral de Pospissil Júnior decorreu do artifício da abertura da vaga do terço.

O mandato desse alfaiate se estendeu de 1896 a 1897. No último ano da legislatura, ocorreu o esgotamento das relações de Pospissil Júnior com os dirigentes do PO. Por consequência, ele se recusou a disputar a reeleição ao Congresso do Paraná, apesar de existirem correligionários dessa grei que pretendiam apoiá-lo em uma nova campanha eleitoral (A REPÚBLICA, 29 maio 1897, p. 2).

O término do mandato de deputado não pôs fim ao envolvimento de Pospissil Júnior na vida política. Em meados de 1897, ele se filiou ao Partido Republicano, uma agremiação governista (A REPÚBLICA, 24 jul. 1897, p. 1). A migração para essa grei não ocasionou o seu retorno às disputas eleitorais. Pospissil Júnior, portanto, se tornou um situacionista dedicado apenas a apoiar as candidaturas dos líderes maiores do partido dominante. Ao se ligar ao PR, ele retornou a uma condição na qual estivera acomodado nos anos finais do Império. Tal condição era a de um governista que, desprovido de força eleitoral, participou de esquemas de nomeações para cargos subalternos nos órgãos da administração pública. Trata-se de demonstrar que nos anos 1900 Pospissil Júnior não experimentou relevante ascensão em tais esferas.

Os Pospissil no contexto da vida política paranaense dos anos 1900: apoio aos situacionistas e atuação no serviço público

O estudo do encerramento da atividade política de integrantes da família Pospissil, no início dos anos 1900, requer a formulação de um panorama do quadro partidário paranaense. Nesse âmbito, cumpre ressaltar duas informações. Primeiro, trata-se de salientar que em tal época ainda vigorava o antagonismo entre o grupo político de Vicente Machado e o de Generoso Marques. Tais líderes continuavam a atuar no Senado. Nessa época, a agremiação governista adotou a denominação de Partido Republicano Federal. Por outro lado,

os opositoristas liderados pelo senador Marques estavam congregados no Partido Republicano (GOULART, 2014).

A competição entre tais grupos era muito desigual. A limitação da força eleitoral da oposição é evidenciada no fato de que a prática de se abster de lançar candidaturas foi adotada pelo Partido Republicano. Essa agremiação elegeu seus candidatos somente nas épocas em que o PRF apresentou chapas incompletas. Em 1903, por exemplo, a agremiação governista homologou chapa completa na disputa por quatro vagas à Câmara dos Deputados. Por consequência, o Partido Republicano optou por não participar do pleito (A REPÚBLICA, 14 jan. 1903, p. 1).

Nos anos 1900, a oposição paranaense permaneceu marcada pela baixa competitividade eleitoral. Tal situação culminou no esgotamento da aliança entre os adversários dos governistas. Em 1908, uma parte dos antigos chefes da oposição, a exemplo de Generoso Marques, migrou para a agremiação situacionista (A REPÚBLICA, 10 jul. 1908, p. 1). A adesão ao governismo era fundamental para ascender na carreira política. Nessa época, a participação dos opositoristas em instituições do Poder Legislativo permanecia como uma concessão eventual dos seus adversários.

A segunda informação acerca desse contexto político destaca que houve membros de comunidades étnicas que, por meio da adesão ao partido dominante, conseguiram desenvolver uma duradoura carreira política. Houve descendentes de imigrantes que se distinguiram pela capacidade permanecer por longos anos integrados a agências do Estado. A esse respeito, atente-se ao caso dos Stellfeld. Conforme destacado, o patriarca dessa parentela, Augusto Stellfeld, foi o primeiro imigrante a conquistar um cargo eletivo no Paraná, em 1882. Em 1901, um de seus filhos, o farmacêutico Edgar Stellfeld, obteve um mandato de deputado estadual na qualidade de membro do partido situacionista (A REPÚBLICA, 29 ago. 1901, p. 1). O apoio dos governistas lhe assegurou quatro mandatos no Congresso Legislativo do Estado (GOULART, 2014).

Por outro lado, uma parcela dos integrantes de comunidades étnicas se limitou a angariar cargos em órgãos públicos. A conquista de modestos postos na administração estadual foi inerente, por exemplo, à trajetória do citado Bertoldo Adam. Ele exerceu mandato de deputado estadual no ano de 1891 (DIÁRIO DO COMÉRCIO, 8 maio 1891, p. 3). Porém, Adam não permaneceu em posição de destaque na cena política. Por fim, se tornou um servidor público. Nos anos finais da Primeira República, ele exerceu a função de auxiliar da Coletoria Estadual, órgão ligado à Secretaria da Fazenda (A REPÚBLICA, 29 mar. 1920, p. 2).

Pospissil Júnior também fez parte do grupo de governistas que atuaram como funcionários públicos. Quando aderiu ao partido oficial, ele abandonou a profissão de alfaiate. Nessa época, Pospissil Júnior se tornou servidor da Prefeitura de Curitiba. De 1900, época de sua admissão ao funcionalismo, a 1906, ano de seu falecimento, ele desempenhou três cargos. Inicialmente, atuou como zelador (administrador) do Passeio Público da capital paranaense (A REPÚBLICA, 25 out. 1900, p. 3). Em 1903, passou a acumular os postos de aferidor (fiscal) e escrivão (A REPÚBLICA, 9 out. 1903, p. 1).

Há escassos registros do envolvimento da família Pospissil em eventos políticos ocorridos no contexto de sua adesão ao grupo governista. Existem informações esparsas acerca do convívio de integrantes dessa parentela com membros da elite política paranaense. De todo modo, os episódios nos quais os Pospissil mantiveram contato com esses membros foram politicamente anódinos. Em 2 de maio 1899, por exemplo, Pospissil Júnior foi um dos correligionários que compareceu à Estação Ferroviária de Curitiba para recepcionar o então governador do Paraná, José Pereira dos Santos Andrade. Tal evento contou com a participação de indivíduos muito desiguais entre si no que concerne à posição que ocupavam na ordem situacionista. A essa recepção compareceram tanto lideranças do partido governista quanto funcionários comissionados (A REPÚBLICA, 3 maio 1899, p. 2).

Dessa forma, há indícios de que o convívio de Pospissil Júnior com os expoentes da vida política regional era ocasional e protocolar. Ao se acomodar no campo governista, ele atingiu uma condição profissional estável, ainda que socialmente modesta. Em época pouco anterior à sua morte, Pospissil Júnior permanecia filiado ao PRF (A REPÚBLICA, 23 set. 1905, p. 2). Essa filiação lhe assegurou o ingresso no serviço público. Contudo, ela marcou o fim de sua participação em eleições. Quando ingressou no PRF, Pospissil Júnior se tornou apenas um apoiador das pretensões eleitorais de indivíduos dotados de maior expressão na vida política do estado. Ou seja, ele não obteve novas oportunidades de ser incluído em uma chapa de candidatos.

Por fim, cumpre destacar que data do ano de 1903 uma informação acerca da interação entre Antônio Pospissil, pai, e uma liderança política regional. Essa interação não teve implicações político-partidárias. Nessa oportunidade, Pospissil viajou para a cidade de Paranaguá em companhia do vice-governador Victor Ferreira do Amaral e de membros da comunidade austríaca de Curitiba. Eles se deslocaram para aquele município com a finalidade de recepcionar os tripulantes do cruzador *Zenta*, de

bandeira austríaca. Em síntese, Pospissil foi selecionado pelo Governo do Estado para confraternizar com compatriotas que estavam de passagem pelo litoral paranaense (DIÁRIO DA TARDE, 16 jun. 1903, p. 1).

Verifica-se, assim, que em tal época os Pospissil não estavam proscritos do convívio com integrantes da elite política paranaense. Contudo, esse convívio não foi acompanhado pela ascensão de seus integrantes nas esferas da administração pública. Nesse contexto, não houve o envolvimento de outros membros dessa parentela em esquemas de nomeações para cargos públicos. Em 1910, o ingresso de um dos irmãos de Pospissil Júnior no serviço público federal ocorreu por meio de concurso. Esse irmão era José Pospissil, que exerceu a profissão de carteiro em Curitiba (A REPÚBLICA, 17 jan. 1910, p. 2). Tal informação consiste em um indício de que no referido decênio estava consolidada a posição periférica de integrantes dessa parentela em órgãos da administração pública.

Considerações finais

Os resultados do presente trabalho possibilitam sustentar três afirmações. Primeiro, cumpre destacar que os membros de comunidades étnicas existentes no Paraná e, especialmente, na cidade de Curitiba, não demoraram a se integrar nos quadros partidários após a Reforma Eleitoral de 1881. As lideranças dos partidos monárquicos inseriram em suas chapas imigrantes que possuíam longa experiência como comerciantes e artesãos na capital da província. Ou seja, esses adventícios eram caracterizados pela sólida integração na sociedade receptora. Portanto, os chefes partidários os encararam como personagens emergentes da cena política.

Segundo, compete destacar que as desigualdades entre os membros de comunidades étnicas são evidenciadas nas posições que ocuparam no cenário político. Uma parcela dos integrantes dessas comunidades obteve de maneira célere posições decisivas em tal cenário. Conforme salientado na análise do caso da família Stellfeld, não era incomum que imigrantes – e seus descendentes – permanecessem por longos anos integrados a esferas do Poder Legislativo. A adesão a partidos situacionistas era um fator crucial para que essa integração se concretizasse.

De outra parte, o estudo do caso da família Pospissil demonstra que uma parcela das famílias de imigrantes obteve posições subalternas nas esferas da administração pública e nos partidos políticos. Os Pospissil pertenceram à categoria das parentelas que, dos anos finais do Segundo Reinado ao limiar da Primeira República, exerceram cargos politicamente pouco expressivos. No Paraná, a época da implantação do regime republicano foi marcada pela perpetuação das distâncias entre as famílias de imigrantes no que tange à relevância das funções que assumiram nas agências do Estado.

Por fim, a terceira constatação salienta que os Pospissil fizeram parte do grupo de famílias imigrantes que constituíram relações com membros de diferentes grupos políticos. Nesse particular, convém reconhecer que o pertencimento a entidades operárias conferiu a um membro dessa família (Pospissil Júnior) uma breve projeção no quadro partidário regional. Entretanto, o destino desse indivíduo foi análogo ao de uma parte dos membros de comunidades étnicas do Paraná. Tal destino consistiu em aderir ao situacionismo e conquistar uma posição modesta no serviço público.

Referências bibliográficas

- ALVES, Alessandro Cavassin. **A Província do Paraná (1853-1889): a classe política, a parentela no governo.** Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2014.
- BADDINI, Cássia Maria. **Sorocaba no Império: comércio de animais e desenvolvimento urbano.** São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002.
- BALHANA, Altiva Pilatti. **Santa Felicidade: uma paróquia vêneta no Brasil.** Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1978.
- CARVALHO NETO, João Baptista Penna de. **Floriano Essenfelder: a trajetória de um empresário.** Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1991.
- CAVANHA, Jussara. **Colônia Alessandra.** Curitiba: Progressiva, 2012.
- CAVAZZANI, André Luiz Moscaleski. **Tendo o sol por testemunha: população portuguesa na baía de Paranaguá (c. 1750-1830).** São Paulo: Alameda, 2015.
- COLATUSSO, Denise Eurich. **Imigrantes alemães na hierarquia de status da sociedade luso-brasileira (Curitiba, 1869 a 1889).** Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2004.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. **Em busca da Idade do Ouro: as elites políticas fluminenses na Primeira República (1889-1930).** Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1994.
- FIGUEIREDO, Vítor Fonseca. **Voto e competição política: o caso de Minas Gerais (1889-1930).** Curitiba: Editora CRV, 2017.

- GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. **A dança das cadeiras**: análise do jogo político na Assembleia Legislativa do Paraná (1889-1930). Jundiaí: Paco Editorial, 2014.
- MACHADO, Cacilda da Silva. **De uma família imigrante**: sociabilidades e laços de parentesco. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.
- MALCZEWSKI, Zdzislaw; WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Perfis polônicos no Brasil**. Curitiba: Vicentina, 2000.
- MARTINS, Wilson. **Um Brasil diferente**: ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná. São Paulo: T. A. Queiroz, 1989.
- NADALIN, Sérgio Odilon. **Imigrantes de origem germânica no Brasil**: ciclos matrimoniais e etnicidade. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000.
- NEGRÃO, Francisco. **Genealogia paranaense**. Volumes 1, 2 e 6. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2004.
- NICOLAU, Jairo. **As eleições no Brasil**: do Império aos nossos dias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.
- OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O silêncio dos vencedores**: genealogia, classe dominante e Estado do Paraná (1853-1930). Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.
- OLIVEIRA JÚNIOR, Walfrido Soares de. **Fitas Venske**: discussões acerca do mundo fabril em Curitiba. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2000.
- PORTO, Walter Costa. **O voto no Brasil**: da colônia à 6ª República. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.
- RANZI, Sirlei Maria Fischer. **Alemães católicos**: um estudo comparativo de famílias em Curitiba (1850-1919). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1996.
- SCARPIM, Fábio Augusto. **Bens simbólicos em laços de pertencimento**: família, religiosidade e identidade étnica nas práticas de transmissão de nomes de batismo em um grupo de imigrantes italianos (Campos Largo-PR, 1878-1937). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2010.
- SÊGA, Rafael Augustus. **Tempos belicosos**: a Revolução Federalista no Paraná e a rearticulação político-administrativa do estado (1889-1907). Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2005.
- SIGOLO, Renata Palandri. **A saúde em frascos**: concepções de saúde, doença e cura em Curitiba, 1930/45. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.
- STOLLMEIER, Luara Antunes. **Os Fontana**: aspectos da experiência imigrante (1880-2015). Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2016.

Recebido em dezembro de 2020

Aceito em dezembro de 2020